



**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FATECS**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ÁREA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

**COOPERATIVISMO:  
AS VANTAGENS ECONÔMICAS DO  
COOPERATIVISMO PARA OS FUNCIONÁRIOS  
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**GABRIEL PAULA PESSÔA CÉLESTIN**  
**MATRÍCULA N.º 2.055.096-0**

**PROFESSOR ORIENTADOR**  
**JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DO NASCIMENTO**

Brasília-DF, junho de 2008.

GABRIEL PAULA PESSÔA CÉLESTIN

## **COOPERATIVISMO**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Administração no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof. José Antonio R. do Nascimento

Brasília-DF, junho de 2008.  
GABRIEL PAULA PESSÔA CÉLESTIN

# **COOPERATIVISMO**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Administração no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília-DF, junho de 2008.**

## **Banca Examinadora**

---

Prof. José Antônio R. do Nascimento  
Orientador

---

Prof.  
Examinador

---

Prof.  
Examinador

Dedico este trabalho aos meus familiares, pela oportunidade que me deram ao investirem na minha educação e pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Agradeço a Deus acima de tudo. Aos meus avós e familiares que sempre estiveram presentes nos momentos que mais precisei de força para seguir em frente. Em especial, ao Professor e Orientador José Antônio Rodrigues do Nascimento, pela ajuda e a orientação que me deu e pelo seu desempenho como profissional, que sem dúvida, foi de extrema importância. Agradeço, também, aos diretores da Cooperativa de crédito mútuo do Ministério da Fazenda pela compreensão e disponibilização de material.

## RESUMO

O cooperativismo é uma atividade socioeconômica surgida no século XIX com o intuito de diminuir a diferença entre as classes sociais, em que algumas pessoas se juntam e formam uma sociedade sem fins lucrativos, visando alcançar objetivos comuns. Uma cooperativa ao ser fundada é regida por um estatuto, cujas normas gerais são definidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que, além disso, autoriza e fiscaliza o seu correto funcionamento. O cooperativismo cresceu bastante no Brasil, porque as pessoas isoladamente começaram a entender o que ele significa em termos de vantagens financeiras e produtivas. Esse tipo de associação coletiva de interesses permite negociações especiais com os agentes financeiros, culminando na obtenção de taxas de juros especiais para empréstimos e financiamentos, bem atraentes em comparação com o mercado em geral. Existem variações no sistema de cooperativismo. A CREDFAZ – Cooperativa de Economia e Crédito dos Funcionários do Ministério da Fazenda e dos Órgãos da Estrutura da Presidência da República possui o seu próprio modelo, dentro das normas gerais estabelecidas. Antigamente as empresas financeiras, bancos e instituições de créditos cobravam taxas de juros elevadas. Com o cooperativismo, as taxas de juros automaticamente baixaram porque as pessoas começaram a entender o que era o cooperativismo e a ver suas vantagens. Com isso, transferiam suas dívidas para essas cooperativas. O cooperativismo além de oferecer taxas de juros baixas ainda tem uma distribuição de juros anuais, que quer dizer que uma parte dos juros que o associado pagou volta para ele, fazendo com que as taxas de juros sejam menores do que as que ele realmente contratou.

Palavras chave: Cooperativismo, empréstimos e taxas de juros.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 8  |
| 1.1 Tema.....  | 9  |
| 1.1.1 Delimitações do tema.....  | 9  |
| 1.2 Justificativa.....   | 9  |
| 1.3 Objetivos.....   | 9  |
| 1.3.1 Objetivo geral.....  | 9  |
| 1.3.2 Objetivos específicos.....   | 10 |
| 1.4 Formulações do problema.....   | 10 |
| 2 METODOLOGIA.....   | 11 |
| 2.1 Pesquisa bibliográfica.....  | 11 |
| 2.2 Pesquisa de campo e estudo de caso.....                                  | 11 |
| 2.3 Método de abordagem.....   | 12 |
| 3 EMBASAMENTO TEÓRICO.....   | 13 |
| 3.1 Cooperativismo.....  | 13 |
| 3.1.1 Surgimento do cooperativismo.....                                      | 14 |
| 3.1.2 Funcionamento do cooperativismo.....                                   | 15 |
| 3.1.3 Os valores e princípios do cooperativismo.....                         | 16 |
| 3.1.4 Os símbolos do cooperativismo.....                                     | 17 |
| 3.2 Os benefícios que o cooperativismo de crédito traz para a sociedade..... | 18 |
| 3.2.1 Os principais tipos de cooperativismo de crédito no Brasil.....        | 18 |
| 3.2.2 A formação do sistema cooperativista de crédito brasileiro.....        | 18 |
| 3.2.3 Principais diferenças entre cooperativa e empresa.....                 | 19 |
| 3.2.4 Benefícios que a cooperativa oferece aos seus cooperados.....          | 21 |
| 4 ESTUDO DE CASO.....  | 22 |
| 4.1 Histórico da empresa.....  | 22 |
| 4.2 Normas e conceitos da CREDFAZ.....                                       | 22 |
| 4.3 A evolução financeira da cooperativa no período de 1995 a 2005.....      | 24 |
| 4.4 As vantagens e quem pode se associar a CREDFAZ.....                      | 26 |
| 4.5 Tipos de produtos e serviços da cooperativa.....                         | 27 |
| 4.6 Taxas de juros, prazos e valores.....                                    | 28 |
| 5. DISCUSSÃO TEÓRICA.....  | 31 |
| 6. CONCLUSÃO.....  | 33 |
| REFERÊNCIAS.....   | 35 |

## 1 INTRODUÇÃO

A monografia apresentada trata do cooperativismo, um tema que já é muito considerado no meio econômico brasileiro. Por intermédio de uma cooperativa, um grupo de pessoas com objetivos comuns se reúne, em forma de ajuda mútua, visando somente o bem estar social e não o lucro.

Nesta monografia é explicado onde e como surgiu o cooperativismo em geral, com seus impactos sociais e econômicos e a sua implantação, suas contribuições e vantagens para os funcionários do ministério da fazenda, por meio da CREDFAZ.

O cooperativismo tem mudado o jeito das pessoas agirem ao motivá-las a economizarem. Uma cooperativa de crédito, além de ajudar os seus associados nas suas dificuldades, também os educa e ensina a gastar o seu dinheiro de forma correta economizando certa quantia, mesmo que com sacrifícios. Essa poupança, além de ajudar o associado futuramente, ajuda a cooperativa a se manter.

Tais cooperativas têm ajudado a melhorar a economia, na medida em que suas baixas taxas de empréstimos mensais obrigam os seus concorrentes diretos também a baixarem suas taxas para que possam concorrer com as cooperativas.

Além da cooperativa de crédito emprestar dinheiro, ela abre um leque de produtos e serviços como aplicações financeiras, bancos cooperativos, sobras, sorteios de prêmios e convênios.

Na metodologia são citados os critérios utilizados na monografia, a saber: pesquisa bibliográfica que utiliza livros para conhecimento de conceitos, normas e funcionamento; pesquisa de campo e estudo de caso, para identificar os fatores que causam o diferencial no mercado. É utilizado, para tanto, o método dedutivo.

No embasamento teórico é explicado o que é uma cooperativa, seu funcionamento e surgimento, seus valores e princípios, os símbolos e seus significados, os principais tipos de cooperativa de crédito no Brasil, a formação do cooperativismo de crédito brasileiro, a diferença entre empresa cooperativa e não cooperativa e os benefícios que a cooperativa oferece ao associado.



E, por último, é feito um estudo de caso para demonstrar como funciona a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Ministério da Fazenda (CREDFAZ), onde são citados todos os dados da cooperativa, o seu funcionamento, o seu crescimento e suas vantagens.

## **1.1 Tema**

Cooperativismo

### **1.1.1 Delimitações do tema**

Cooperativismo: As vantagens econômicas do cooperativismo para os funcionários do ministério da fazenda.

## **1.2 Justificativa**

Esta pesquisa parte da necessidade de se averiguar o impacto econômico e social que o cooperativismo tem sobre os funcionários do Ministério da Fazenda que se associaram e os que não se associaram, analisando o seu real desempenho e suas mudanças econômicas perante esses funcionários. Para a economia nacional, este estudo é de grande importância, por se tratar de um assunto atual com grande enfoque social. Cooperativas de crédito minimizam fatores de desigualdade econômica e social e o poder do setor financeiro nas mãos de entidades como bancos, financeiras e até mesmo agiotas que cobram juros exorbitantes dos funcionários deste setor. O sistema cooperativista diminui as taxas de juros, trazendo assim, mais igualdade econômica e social com propósito de atingir maior vantagem competitiva. Porém, é uma atividade que não visa lucros. Por ser um tema até o momento não muito explorado em pesquisas acadêmicas, dá-se o motivo e a relevância de abordá-lo, com intuito de trazer algo que contribua para a sociedade.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Analisar as vantagens do cooperativismo para os Funcionários do Ministério da Fazenda.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar as vantagens que a implementação do cooperativismo gera para os funcionários do ministério da fazenda;
- b) Verificar o impacto desta implantação, demonstrando sua vantagem competitiva com relação aos concorrentes;

### **1.4 Formulações do problema**

O sistema de cooperativismo de crédito implementado pela CREDFAZ no Ministério da Fazenda, apresenta reais vantagens econômico-finaceiras para seus associados em comparação com as alternativas bancárias usualmente oferecidas aos demais funcionários não cooperados?

## **2 METODOLOGIA**

Metodologia é o processo ou etapa pelo qual se aplicam os métodos de pesquisa, é a explicação detalhada e exata de toda ação desenvolvida pelo trabalho de pesquisa. Tem como finalidade captar e estudar as características dos vários métodos, considerando uma forma de como conduzir a pesquisa além de analisar suas vantagens e desvantagens nos métodos de procedimento.

De acordo com Lakatos e Marconi (2005, p.83) a metodologia:

É o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos validos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas.

Procura também, estabelecer quais as técnicas de pesquisa que podem ser utilizadas na análise do trabalho. As metodologias utilizadas para execução deste trabalho são a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o estudo de caso.

### **2.1 Pesquisa bibliográfica**

Na pesquisa bibliográfica são consultadas fontes credenciadas sobre cooperativismo, cooperativismo de crédito e cooperativismo como uma alternativa de organização popular, para que se tenha um conhecimento maior sobre o tema desenvolvido. O conceito e a história do cooperativismo embasam, assim, uma pesquisa de campo e o estudo de caso.

Segundo Vergara (2000, p.48) pesquisa bibliográfica.

É o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

### **2.2 Pesquisa de campo e estudo de caso**

Na pesquisa de campo e estudo de caso usa-se uma técnica de observação direta intensiva, analisando-se os dados do mercado e da cooperativa do ministério da fazenda, com intuito de identificar os fatores que causam diferencial no mercado com a implantação deste sistema.

Conforme Vergara (2000, p.49) o estudo de caso:

É o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizada no campo.

### **2.3 Método de abordagem**

A monografia utiliza o método dedutivo por se tratar de um tema que vai do geral para o específico. Neste caso, é feita uma análise geral do cooperativismo para se chegar às vantagens que ele traz para os cooperativados do Ministério da Fazenda sobre sua concorrência direta (Bancos, financeiras e agiotas).

### 3 EMBASAMENTO TEÓRICO

Inicialmente, é feita uma abordagem sobre o cooperativismo explicando o seu significado, sua origem, seu funcionamento, seus valores e princípios. Em seguida, pretende-se abordar os benefícios que o cooperativismo traz para a sociedade. Por fim, aprofundar-se-á na temática-chave de discussão que são as vantagens econômicas do cooperativismo para os funcionários do Ministério da Fazenda.

#### 3.1 Cooperativismo

Para Menezes (2004, p15) “Cooperativa é um empreendimento de pessoas que se juntam, na solidariedade e ajuda mútua, organizadamente, para resolver problemas comuns de trabalho, renda, educação, saúde, habitação, crédito, etc.”

De acordo com Menezes (2004, p.24) as idéias mais importantes sobre cooperativa de crédito são as abordagens a seguir numeradas:

1. A sociedade cooperativa de crédito se organiza por grupos identificados de pessoas com dois objetivos principais: 1) Suprir os membros do grupo com um plano de poupança sistemática; 2) Com as poupanças, tornar possível a essas pessoas atender a suas necessidades de crédito a uma taxa razoável de juros, para os mais variados fins. 2. Como todas as demais cooperativas, de qualquer ramo, a de crédito é constituída para prestar serviços a seus associados. No ramo Crédito, prestar serviços próprios da atividade bancária.

Cooperativismo é um sistema econômico onde um grupo de pessoas com objetivos comuns se junta para ajudar umas as outras visando o crescimento e a igualdade do ser humano, não visando o lucro.

Para Desjardins (apud MENEZES, 2004, p. 39 cooperativa de crédito)

Uma cooperativa de crédito não é um negócio financeiro, buscando enriquecer seus membros às expensas do público em geral. Nem é uma empresa de empréstimos, buscando fazer lucro às expensas dos infelizes. A cooperativa de crédito não é nada desse tipo; é a expressão no campo da economia de um sinal social elevado.

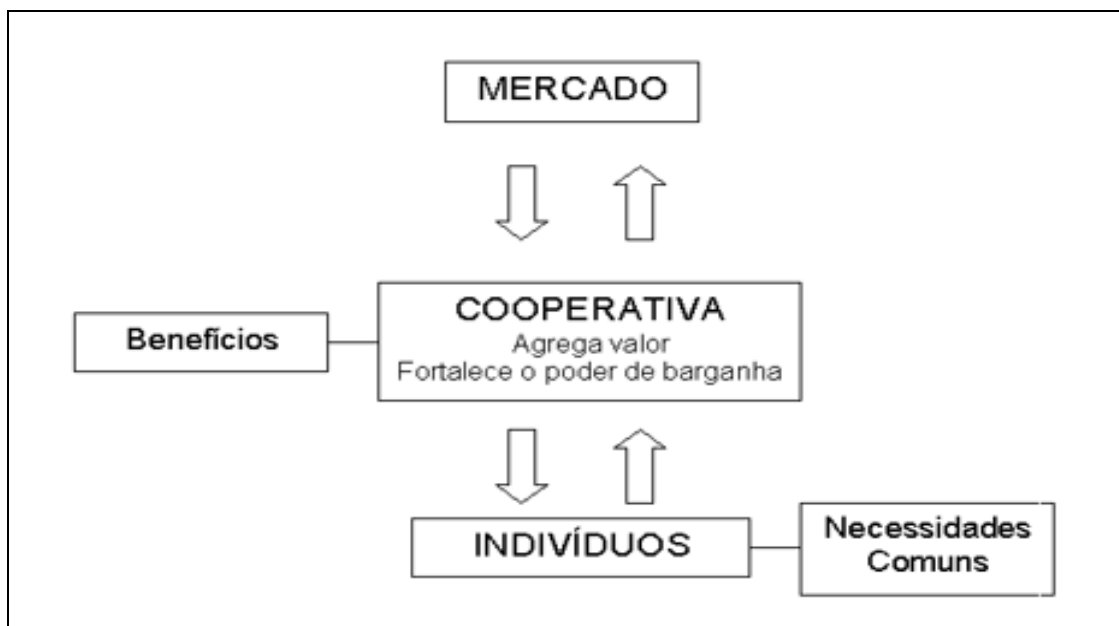


Figura 1 - Gráfico de relacionamento da cooperativa. Fonte: (SEBRAE, 2008)

Na figura nº 1 identifica-se como funciona o relacionamento do mercado com a cooperativa e da cooperativa com os indivíduos. Não existe uma relação direta entre o indivíduo e o mercado. Desta forma, a cooperativa transforma valores do mercado para os indivíduos a custo mais baixo.

### 3.1.1 Surgimento do cooperativismo

Segundo Roby (2001, p.11)

A cooperação de forma sistematizada e organizada somente torna-se conhecida no mundo a partir da iniciativa dos 28 probos tecelões de rochdale, os quais nessa humilde e pequenina cidade inglesa têm coragem de criar em meados do século XIX, a primeira cooperativa que se tem registro.

Com o surgimento do cooperativismo no século XIX surge uma alternativa para as pessoas de classe média baixa, que estavam sofrendo com as mudanças da época nos processos de produção por causa da revolução industrial e tecnológica. Por causa da revolução industrial os menores produtores rurais que possuíam terras na parte francesa do Canadá, dependiam dos agiotas e capitalistas como única alternativa até aquele momento. Após Dejardins, verificar a situação em que os produtores se encontravam resolver começar com as caixas populares naquela região, conseguindo com o passar do tempo alcançar o seu objetivo principal (ROBY, 2001).

## Segundo Menezes (2004, p.42)

No passado, quando nasceram, os empreendimentos cooperativos eram bem mais do ramo de consumo. Mas já era forte a idéia de que os associados deviam ser estimulados para a poupança, no próprio empreendimento-Consumo. Reunindo poupanças, a cooperativa de consumo poderia montar processos de produções próprias, adquirir o próprio imóvel e equipamentos e alargar seu raio de ação para propiciar aos membros mais serviços – saúde, educação moradia, por exemplo. E quanto mais economicamente fosse a cooperativa, mais capaz ela seria para tornar seus membros menos dependentes dos intermediários, dos comerciantes e dos banqueiros. Por isso, item especial da educação cooperativista já no nascedouro do Cooperativismo foi a educação para a poupança.

No Brasil, registros apontam que o início do cooperativismo se deu no século XIX, por meio do trabalho do padre jesuíta Teodoro Amstadt, no Rio Grande do Sul. Sabedor dos benefícios sociais que essa forma de associação poderia resultar, o religioso difundiu a doutrina cooperativista, simultaneamente ao seu trabalho missionário, junto à comunidade gaúcha. Esse conhecimento extrapolou as fronteiras do Rio Grande do Sul de tal sorte que a primeira instituição cooperativista brasileira que se tem notícia foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, fundada em 1889. Por outro lado, a primeira cooperativa de crédito registrada foi a Caixa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, em 1902, que se mantém ativa até a presente data. (SICCOOB, 2008).

O objetivo de uma cooperativa de Crédito é proporcionar a autonomia de seus associados em relação às instituições financeiras, estabelecidas por meio da implementação de programas de assistência financeira e de prestação de serviços congêneres. (SICCOOB, 2008)

### **3.1.2 Funcionamento do cooperativismo**

De acordo com Rech (2000, p. 37) a cooperativa de crédito:

Tem o objetivo de realizar empréstimos aos seus sócios, por meio de uma capitalização inicial, permitir maior produtividade ou implementação de alguma nova atividade produtiva, vindo suprir dificuldades em obter crédito ou financiamento.

A cooperativa de crédito é empresa que tem como objetivo fazer empréstimo com baixas taxas de juros e suprir as necessidades que as pessoas tem na área

financeira. Para que uma pessoa possa ser associada é necessário que ela integralize um capital na cooperativa. Além disso, terá que se enquadrar no estatuto. As taxas de juros dos empréstimos são menores que as do mercado e uma parte dessa taxa que é paga volta para o associado. Isto é, uma parte do resultado que a cooperativa teve em um ano com o capital emprestado volta para os cooperados em forma de sobras ou participação. Esse capital que o associado integraliza não tem valor máximo, equivalendo a uma poupança forçada. Após a liquidação do empréstimo, o associado poderá resgatar o valor integralizado, bastando para tal, pedir o desligamento (RECH, 2000).

As cooperativas de crédito foram introduzidas no Brasil com objetivo de ajuda mútua e atender os associados oferecendo contas, poupanças, cartões de débito e têm todas as vantagens que um banco pode oferecer, com uma única diferença para o associado: todas as movimentações que ele faz na cooperativa, como aplicações e empréstimos, oferecem um ganho para a cooperativa, que, na verdade, beneficiam os associados (RECH, 2000).

As cooperativas de crédito possuem um registro no Banco Central do Brasil (BACEN), que tem uma legislação própria para as mesmas. Estas legislações deverão estar contidas no estatuto da entidade a fim de serem rigorosamente respeitadas. Não basta somente integralizar um capital. É fundamental o preenchimento dos requisitos do estatuto (RECH, 2000).

### **3.1.3 Os valores e princípios do cooperativismo**

De acordo com Rech (2000, p. 23) “as cooperativas se baseiam nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade.”

“Seguindo a tradição de seus fundadores, seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes” (RECH, 2000)

Segundo Rech (2000, p. 23) existem sete princípios cooperativistas que devem ser seguidos, são eles: 1) Livre acesso e adesão voluntária. As cooperativas



são organizações abertas e voluntárias para as pessoas que se enquadram em suas normas. 2) Controle, organização e gestão democrática, no qual os seus próprios membros são eleitos para administrar e cuidar das tomadas de decisões. 3) Participação econômica dos seus associados, onde cada associado integraliza um capital na cooperativa. 4) Autonomia e independência. As cooperativas são organizações independentes e controladas pelos seus próprios associados. 5) Educação, capacitação e informação. Nesse caso, a cooperativa deve oferecer aos seus associados, funcionários e dirigentes, educação, capacitação e informações sobre cooperativismo. 6) Cooperação entre as cooperativas. Ao trabalharem de forma conjunta, ocorre um fortalecimento recíproco. 7) Compromisso com a comunidade. A cooperativa deve trabalhar para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade melhorando suas condições de vida (RECH, 2000).

Os princípios gerais do cooperativismo servem de base para o funcionamento do setor, mesmo que com o passar do tempo sejam alterados alguns de seus princípios sempre manterá na mesma linha de ação.

### 3.1.4 Os símbolos do cooperativismo



Figura 2 – Símbolos do cooperativismo. Fonte: (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2008)

Os símbolos citados na figura 2 representam o cooperativismo. O pinheiro significa o símbolo da imortalidade e da fecundidade, para sua sobrevivência em terras menos férteis e para facilidade na sua multiplicação. O círculo representa a eternidade exatamente porque nele não existe nem começo e nem fim. O verde significa as árvores e o amarelo é o símbolo do sol, fonte de energia e calor. Juntando esses elementos temos o símbolo conhecido do cooperativismo, ou seja, dois pinheiros para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos, dentro de um círculo os dois, com os pinheiros apontam para cima querendo indicar a sua trajetória que é subir sempre o mais alto. A bandeira, em seguida, apresenta algumas cores nas

quais procuram representar a paz e a esperança. Cada cor tem um significado: o vermelho quer dizer coragem, o alaranjado visão de futuro, o amarelo desafio em casa, na família e na comunidade, o verde crescimento tanto do indivíduo como do cooperado, o azul horizonte distante, a necessidade de ajudar os menos afortunados, unindo-os uns aos outros, o anil necessidade de ajudar a si próprio e aos outros através da cooperação e o violeta a beleza, o calor humano e a amizade (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2008)

### **3.2 Os benefícios que o cooperativismo de crédito traz para a sociedade**

Nesta parte é feita uma pesquisa mais ampla para que possamos definir melhor o cooperativismo de crédito, para assim nos aprofundarmos no cooperativismo de crédito para os funcionários do Ministério da Fazenda.

#### **3.2.1 Os principais tipos de cooperativismo de crédito no Brasil**

Em função do público alvo e das destinações dos empréstimos, estruturam-se as seguintes tipos principais de cooperativas: a) Crédito Mútuo de empregados – organizados por empregados de empresas públicas ou privadas. b) Crédito Mútuo de Atividade profissional – composto por profissionais ou trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades. c) Crédito Rural – Constituída por produtores rurais que necessitam financiar as diversas fases de suas atividades. (SICCOOB, 2008). d) Crédito Mútuo de Empreendedores – organizadas por pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores que atuem nos segmentos de indústrias, comércio e serviços. e) Crédito Mútuo de Livre admissão de Associados - constituídas em regiões com até 100.000 habitantes. f) Crédito a empresários vinculados a um mesmo sindicato patronal ou associação patronal de grau superior (SICCOOB, 2008).

#### **3.2.2 A formação do sistema cooperativista de crédito brasileiro**

O sistema de cooperativa de crédito mútuo no Brasil é estruturado de duas formas: a) Forma vertical, que visa a centralização e também os ganhos por intermédio da economia, além disso, possui uma forma de pirâmide, com as cooperativas singulares na parte de baixo, no meio ficam as centrais e no topo a

confederação. b) Estrutura horizontal, nenhuma entidade fica acima e todas as cooperativas singulares são ligadas somente pela central (SICOOB, 2008).

O sistema cooperativo é formado com o Sicoob, Sicredi e Unicred, que possuem o perfil vertical e possuem 75% das cooperativas de crédito. São compostas da seguinte forma: a) Sicoob: com 753 cooperativas menores, 15 centrais e 1 confederação, de forma que as centrais tem o controle do Bancoob que é um banco comercial. b) Sicredi: com 131 cooperativas menores, 10 centrais e 1 confederação, possui o Bansicredi na sua estrutura. c) Unicred: com 128 cooperativas menores, 5 centrais e 1 confederação (SICOOB, 2008).

De acordo com o estágio em que estão, possuem os mesmos tipos de serviços que um banco de primeira linha possui, porém com mais vantagens, que pode-se verificar a seguir: a) Juros menores que os dos concorrentes na área de empréstimos. b) Retorno de capital maior que as aplicações em geral. c) Taxas de administração acessível. c) Retorno anual do lucro para o próprio associado em forma de sobras (SICOOB, 2008).

A cooperativa ao contrário dos concorrentes destina aos seus associados os benefícios que o banco se apropria, o cooperativismo de crédito mútuo se fortalece cada vez mais conforme vai surgindo novas cooperativas. Para o cooperativismo a melhor forma de manter o sistema funcionando é aumentar o número de cooperativas em cada região. As centrais de crédito até mesmo as singulares que estão mais perto, geralmente ajudam no surgimento de cooperativas e contribuem com o segredo do manual de operação, proporcionando programa de fomento, treinamento e assistência. O sistema cooperativista de crédito mútuo já possui 1,77% de operação de crédito efetuada no território brasileiro. No estado de Brasília, existem 22 cooperativas de crédito mútuo que estão funcionando em perfeitamente, e ajudam a compor todo o sistema - Sicoob DF (SICOOB, 2008).

### **3.2.3 Principais diferenças entre cooperativa e empresa**

O quadro 01 explica de forma detalhada as principais diferenças entre empresas cooperativas e empresas não cooperativas;

| <b>Empresa cooperativa</b>  | <b>X</b> | <b>Empresa não cooperativa</b>            |
|---|----------|---|
| É uma sociedade de pessoas;   |          | É uma sociedade de capital;               |
| Objetivo principal é a prestação de serviços;   |          | Objetivo principal: lucro;                |
| Número ilimitado de associados;   |          | Número limitado de acionistas;            |
| Controle democrático - um homem, um voto;   |          | Cada ação um voto;                        |
| Assembléia: quorum baseado no número de associados                                    |          | Assembléia: quorum baseado no capital     |
| Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade; |          | Transferências das ações a terceiros;     |
| Retorno proporcional ao valor das operações.  |          | Dividendo proporcional ao valor das ações |

Quadro 01 – Diferença entre as empresas. Fonte: (PORTAL DO COOPERATIVISMO)

No quadro acima verifica-se que a cooperativa se preocupa mais com o ser humano do que as empresas em geral que visam o crescimento de capital como o seu principal objetivo deixando de lado as pessoas.

Na cooperativa o associado tem o direito a voto podendo participar das reuniões e assembléias. Pode dar suas sugestões e até mesmo reivindicar os seus direitos, porque quando uma pessoa se torna associado automaticamente se torna dono por ter um capital. Independente do valor, os associados têm os mesmo direitos.

O capital que o associado investe na cooperativa tem um retorno com juros e mesmo que o mercado esteja em queda o capital do associado não sofre nenhum prejuízo.

Segundo o ponto de vista fiscal, não existe uma diferença entre os impostos que incidem sobre os produtos vendidos por uma empresa cooperativada e uma empresa não cooperativada. A principal diferença é que o trabalho do cooperante através da cooperativa, no caso das cooperativas de trabalho, não gera vínculo empregatício com a mesma e os produtos produzidos pelos cooperantes entregues na cooperativa também não geram tributação, é o que se chama de atos cooperativos. Para vender uma mercadoria ao consumidor ou um trabalho para uma empresa existe a incidência de impostos normalmente (SEBRAE, 2008).

“A principal vantagem é para organização do trabalho, pois possibilita que o indivíduo fique isolado e por isso com menos condições de enfrentar o mercado. Assim, pode aumentar sua competitividade e, com isso, melhorar sua renda ou sua condição de trabalho. Os possíveis benefícios fiscais passam a ser secundários se o

negócio coletivo for viável a partir da união das pessoas. Dessa forma, verifica-se que a viabilidade econômica permite ao grupo decidir o que é mais vantajoso, se criar uma cooperativa ou não” (SEBRAE, 2008).

### **3.2.4 Benefícios que a cooperativa oferece aos seus cooperados**

Por lei uma cooperativa tem que possuir fundos obrigatórios, a saber: a) Fundo de Reserva para repor perdas e ajudar no desenvolvimento das atividades da cooperativa, constituído 10 % de Sobras Líquidas do exercício. b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) que destina para a prestação de assistência para os cooperados, os familiares e também para os empregados da Cooperativa, que constitui de 5 % das Sobras Líquidas que foram apuradas no exercício (COOPERATIVISMO POPULAR, 2008).

Os percentuais citados acima são deliberados em Assembléia Geral Ordinária e podem ser repassados proporcionalmente ao período do trabalho ou podem ser destinados a investimento em educação e equipamentos. Dos fundos que são estabelecidos pela Assembléia Geral Ordinária, existe o chamado Fundo Social, que é constituído de 16,68 % do pró labore mensal do associado, destinado para garantir ao mesmo, ajuda financeira para o seu descanso anual e sua gratificação natalina. Este percentual destinado ao Fundo Social não é proveniente de recursos do cooperado, sendo mencionado em uma planilha de custo utilizada no momento da negociação do contrato para a prestação de serviços, para assegurar a segurança e a saúde no trabalho (COOPERATIVISMO POPULAR, 2008).

Uma cooperativa do setor de construção civil, por meio de parcerias, adquire equipamentos de segurança no trabalho visando a redução dos acidentes e, conseqüentemente, dos riscos a saúde dos trabalhadores (COOPERATIVISMO POPULAR, 2008).

## **4 ESTUDO DE CASO**

O estudo de caso analisa os dados da cooperativa de crédito dos funcionários do Ministério da Fazenda, a fim de verificar suas vantagens para os associados.

### **4.1 Histórico da empresa**

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Ministério da Fazenda e dos órgãos da estrutura da Presidência da República – CREDFAZ. Foi criada em 7 de junho de 1995, tendo iniciado suas atividades como instituição Financeira em abril de 1996. Hoje já conta com uma carteira de 4.667 associados ativos, com empréstimos em torno de R\$ 28 milhões (vinte e oito milhões de reais em um capital social de R\$ 17 milhões (dezessete milhões de reais). Sua sede fica em Brasília, possuindo delegados em cada estado da federação que disponibilizam com informações e formulários para os associados que estão fora de Brasília (CREDFAZ, 2008).

### **4.2 Normas e conceitos da CREDFAZ**

No primeiro ano, a Cooperativa atuava somente no Distrito Federal, até receber um retorno, e logo após este estendeu os seus serviços para todo o território brasileiro. Suas taxas de juros dos empréstimos são menores do que as do mercado concorrente. As prestações são calculadas com a base na Tabela Price, onde os juros incidem apenas sobre o saldo devedor, não sendo cobrados multas nem mora, caso o associado venha atrasar suas prestações. Quando o associado retira um empréstimo é cobrada uma taxa de sinistro a partir de 1,1% sobre o valor do empréstimo, cuja variação se dá em função da idade do associado. A referida taxa tem por fim constituir um fundo próprio para a cooperativa quitar o empréstimo caso o associado venha a falecer antes da quitação do empréstimo. Este fundo quita o equivalente a 80% do saldo devedor de associado e os outros 20% é retirado do capital. A CREDFAZ, por sua natureza, somente libera empréstimos aos seus associados (CREDFAZ, 2008).

Para ser um associado é necessário integralizar um capital na cooperativa, essa participação deve ser feita no máximo em doze prestações mensais. Para

retirar um empréstimo é necessário ter um capital subscrito mínimo de 20% do valor que esta retirando no ato do empréstimo. Caso não tenha os 20% integralizado, o associado pode dividir este valor em até 12 prestações mensais, sendo o desconto em folha de pagamento. A cooperativa trabalha com o prazo máximo de empréstimo determinado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de 60 (sessenta) meses. A integralização de capital para fins de poupança pode ser feita em prazo indeterminado com valor mínimo de prestação de R\$ 20,00 mensais, sem valor máximo de integralização, respeitando a margem de 30% do contracheque conforme a lei. Caso o desconto seja em contracheque, se o associado solicitar este valor para fins de poupança pode ser debitado em conta corrente bancária. O limite total do empréstimo, em cada caso, depende também da margem consignável de 30% que o associado possui em seu contracheque. Atualmente a instituição está trabalhando com empréstimos no máximo de R\$ 40.000,00, procurando, em breve, um aumento deste teto (CREDFAZ, 2008).

O associado somente pode solicitar empréstimo a partir de 30 dias do pagamento da primeira parcela de integralização de capital, e este prazo não pode ser alterado conforme as normas do Banco Central do Brasil. O capital investido do associado é remunerado com juros a taxa de 0,6% ao mês. Além disso, as sobras líquidas de cada exercício financeiro da Cooperativa são distribuídas aos associados, proporcionalmente de acordo com as movimentações que o associado possui na cooperativa podendo variar de associado para associado, sendo esta uma fonte permanente de recursos (CREDFAZ, 2008).

Uma parte dos juros recebidos dos empréstimos pela cooperativa, revertem em forma de sobras para o próprio associado, após garantidas as despesas operacionais da entidade. O associado também pode fazer aplicações financeiras na CREDFAZ, depositando a quantia que desejar de uma só vez ou autorizando desconto em folha de pagamento. A taxa remuneratória de juros mensal varia de 95% a 100% do CDI. O valor mínimo para aplicações é de R\$ 200,00. A maior diferença entre aplicações financeiras e capital é o rendimento e a facilidade de retirar o capital quando necessário (CREDFAZ, 2008).

### 4.3 A evolução financeira da cooperativa no período de 1995 a 2005

A CREDFAZ, desde sua fundação, vem conseguindo sucessivos incrementos anuais em termos de recursos liberados a seus cooperados, valendo-se do bom momento Pós-inflacionário da economia nacional, proporcionado pela maior estabilidade financeira advinda do plano real. O valor nominal dos empréstimos passou de R\$600,00 mil em 1996 para R\$17.745 milhões em 2005, ou seja, variação de 29,5 vezes, com aumento percentual em todo o período de 2.850% (CREDFAZ, 2008).



Gráfico 01 – Evolução de empréstimos. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

Esse expressivo desempenho operacional foi obtido em capital próprio tendo por base a poupança acumulada dos associados. Assim, a cooperativa registrou um crescimento consistente do seu patrimônio líquido, que passou de R\$ 364,5 mil para R\$17.060 milhões (aumento de 4.580%) no período em análise (CREDFAZ, 2008).

Conforme demonstrado no gráfico 01 pode-se verificar que houve um grande aumento de empréstimo em dez anos, esse aumento se deu por consequência de uma boa administração, um aumento de confiança dos associados na cooperativa e necessidade financeira. Com este gráfico verifica-se que a cada ano a cooperativa vem aumentando o número de empréstimos e a tendência é aumentar cada vez mais.



### Evolução Patrimônio Líquido

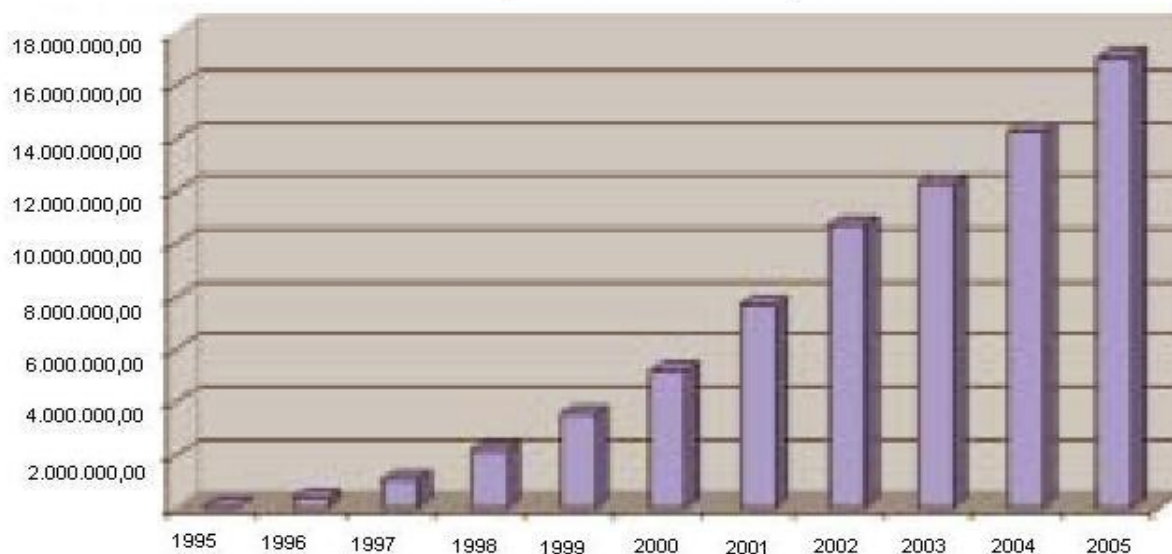


Gráfico 02 – Evolução Patrimônio Líquido. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

Conforme o gráfico abaixo pode-se verificar o aumento do número de Associados que teve no período entre 1996 e 2005: aumentou em 16,1 vezes.

### Evolução do número de associados

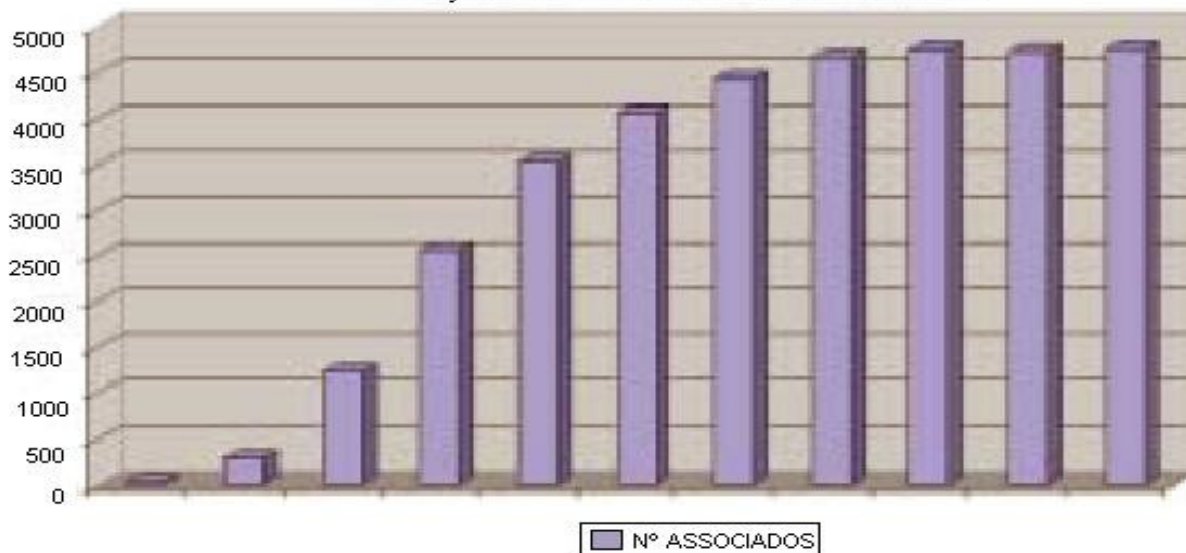


Gráfico 03 – Evolução do número de associados. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

Conforme o gráfico 03 de evolução de empréstimos, pode-se verificar o aumento do número de Contratos ocorrido no período entre 1996 e 2005: aumentou 17,1 vezes, indicando claramente o integral cumprimento dos objetivos propostos pela Cooperativa.

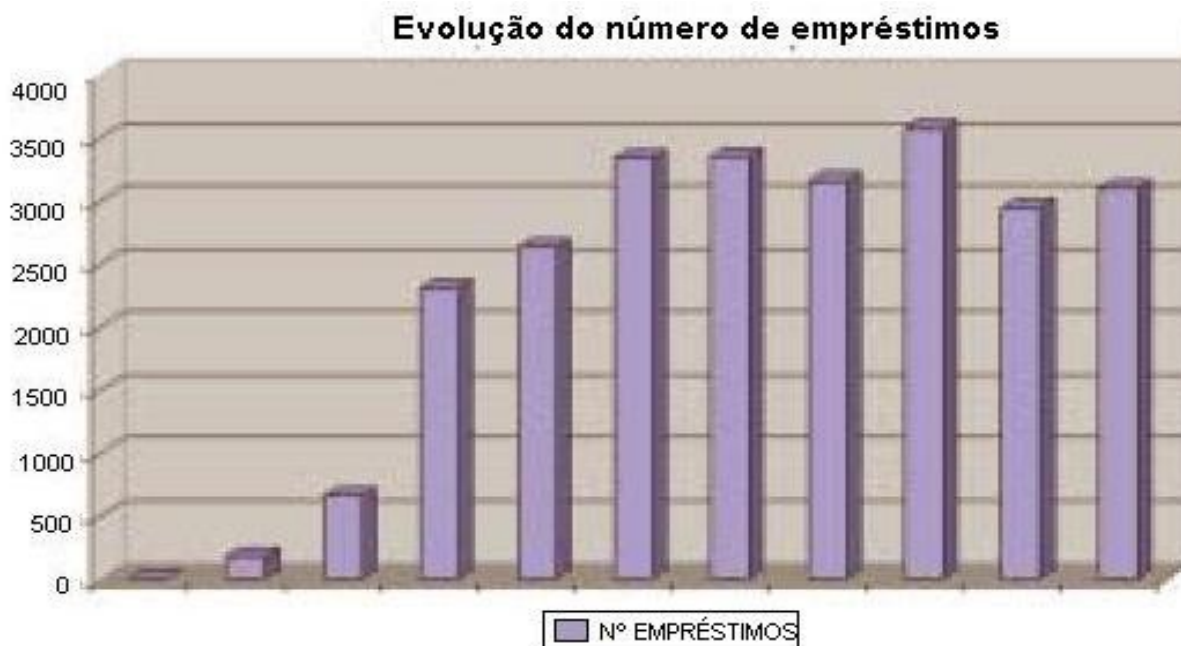


Gráfico 04 – Evolução do número de empréstimos. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

O gráfico nº 04 demonstra a solidez financeira da CREDFAZ, verificada no equilíbrio e consistência do número de empréstimos realizados no decorrer dos anos. Esses dados evidenciam a boa administração contábil da cooperativa, que não possui dívidas com terceiros. Fatores como credibilidade e seriedade tem permitido à cooperativa, por meio de seu conselho de administração, lançar novas cotas de capital para atrair novos cooperados. Em sua política de expansão, a CREDFAZ, por ocasião da comemoração de seus 10 anos de atividades, instituiu um programa de fidelização de associados com sorteios de prêmios e estímulo a novas adesões. Cooperados que encaminham novas inscrições passam a ter benefícios financeiros diretos, quer por meio de depósitos em sua conta capital, quer na divisão dos lucros totais da cooperativa (CREDFAZ, 2008).

#### **4.4 As vantagens e quem pode se associar a CREDFAZ**

A CREDFAZ possui duas linhas de atração básicas. Constitui-se num fundo de poupança e numa caixa de empréstimos. Os objetivos da entidade só podem ser atingidos se a taxa de inadimplência for mínima, já que é nessa relação de confiança recíproca que o sistema de crédito mútuo se sustenta (CREDFAZ, 2008).

No sistema de cooperativa de Crédito Mútuo, o associado faz patê de uma estrutura coletiva de administração, com voz ativa em função de sua condição de

sócio-proprietário. Pode escolher e candidatar-se a cargos gerenciais, como delegados, conselheiros e diretores (CREDFAZ, 2008).

No âmbito financeiro a CREDFAZ apresenta vantagens como a concessão de empréstimos com até 60 meses para quitação com juros relativamente baixos em relação aos concorrentes diretos, a possibilidade de bônus em função do valor do capital e opções de aplicações financeiras com boa rentabilidade (CREDFAZ, 2008).

Como lastro para suas operações, a CREDFAZ possui um fundo de seguro próprio que permite quitar 80% da dívida de seus associados, em caso de morte. Em termos contábeis, ao fim de cada exercício, a apuração de sobras líquidas a serem distribuídas aos cooperados tem sido acrescidas de 0,6% ao mês, permitindo um ganho significativo (CREDFAZ, 2008).

Poderão se associar na CREDFAZ os funcionários do Ministério da Fazenda, dos Órgãos da Estrutura da Presidência da República e Funcionários da Fundação Assefaz. Isso ocorre porque a cooperativa trabalha com desconto em folha de pagamento e somente estão autorizadas pelo BACEN estes três órgãos. A cada dia, na verdade, a cooperativa procura expandir, suas atividades e número de associados (CREDFAZ, 2008).

#### **4.5 Tipos de produtos e serviços da cooperativa**

Os tipos de produtos e serviços que a cooperativa trabalha são empréstimo pessoal para os seus associados, como falado anteriormente, com as menores taxas do mercado e a maior rapidez na liberação, convênios com algumas associações para que os associados tenham descontos, por exemplo, em faculdade, as aplicações financeiras que rendem a mesma taxa que o CDI que a taxa de referência do mercado, além das sobras que são distribuídas anualmente com um rendimento em torno de 21% ao ano, ou seja, dependendo da movimentação que o associado tenha na cooperativa pode ser maior ou menor (CREDFAZ, 2008).

A cooperativa procura também informar aos seus associados sobre os juros abusivos das outras organizações e as desvantagens que ele terá em retirar empréstimos em outras instituições. Um caso muito comum nestas financeiras é

informar o mínimo possível as taxas aos associados fazendo com que se confundam sobre a taxa achando que sairão no lucro, porém futuramente, a pessoa percebe que foi enganada e quer desfazer a operação, o que não é possível porque as financeiras criam varias dificuldades fazendo com que as pessoas desistam (CREDFAZ, 2008).

#### 4.6 Taxas de juros, prazos e valores

Abaixo tem-se o quadro 02 que possui uma tabela de juros, prazos e valores que a cooperativa trabalha. As taxas variam de acordo com o prazo do empréstimo e com o capital que o associado tem na cooperativa. As taxas variam de 1,30% a 2,5% ao mês não podendo ultrapassar este conforme estabelecido pelo governo através de lei. Já os prazos vão de 01 a 60 meses de acordo com a idade do associado. Como veremos a seguir os valores de teto máximo de empréstimo vão diminuindo quanto mais vai aumentando o prazo do empréstimo. Este valor de empréstimo, estipulado pela diretoria, é consequência de uma análise contábil e determinada através dos dados fornecidos pela contabilidade. Isso ocorre porque a cooperativa tem um limite de capital, que são os valores que os associados integralizam para poder retirar o empréstimo. Sempre que possível, estes valores são atualizados e alterados em termos de taxas e prazos (CREDFAZ, 2008).

| <b>TAXAS DE JUROS, PRAZOS ESTABELECIDOS E VALORES MÁXIMOS PARA EMPRÉSTIMOS</b> |                  |                                 |
|--|------------------|---------------------------------|
| <b>TAXAS DE JUROS AO MÊS</b>   | <b>PRAZOS</b>    | <b>VALORES MÁXIMOS (EM R\$)</b> |
| 1,30%  | DE 01 A 06 MESES | 40.000,00                       |
| 1,80%  | DE 07 A 12 MESES | 40.000,00                       |
| 2,15%  | DE 13 A 18 MESES | 40.000,00                       |
| 2,20%  | DE 19 A 24 MESES | 40.000,00                       |
| 2,25%  | DE 25 A 30 MESES | 40.000,00                       |
| 2,30%  | DE 31 A 36 MESES | 40.000,00                       |
| 2,35%  | DE 37 A 42 MESES | 35.000,00                       |
| 2,40%  | DE 43 A 48 MESES | 35.000,00                       |
| 2,45%  | DE 49 A 54 MESES | 25.000,00                       |
| 2,50%  | DE 55 A 60 MESES | 25.000,00                       |

Quadro 02 – Taxas de juros, prazos estabelecidos e valores máximos para empréstimos. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

Segundo o BACEN, o empréstimo com consignação em folha de pagamento não pode passar de 60 meses. Além de a cooperativa ter limites de valores, ela tem que respeitar as rígidas regulamentações em vigor.

A tabela de bonificação do quadro 03 funciona da seguinte forma: quando o associado for retirar um empréstimo é feito um cálculo de relação entre o capital que ele tem na cooperativa com o valor que ele está retirando. Isso só é possível para empréstimos com descontos em folha de pagamento. Ou seja, se o valor que ele tiver na cooperativa for maior que 23% do que ele está retirando, ele começa a ter bonificação de 0,10% podendo esta bonificação chegar até 0,5% na taxa. Porém, a taxa de juros do empréstimo, já com as bonificações ou descontos, não pode ser menor que 1,2% ao mês. Caso a taxa mais o desconto seja menor que este valor, a taxa se manterá em 1,2% ao mês (CREDFAZ, 2008).

| <b>TABELA DE BONIFICAÇÃO DE DESCONTOS NAS TAXAS DE JUROS ESTABELECIDAS</b>  |  |
|---|--|
| <b>PERCENTUAL DO CAPITAL INTEGRALIZADO OU SUBSCRITO (EM ATÉ 24 MESES), CALCULADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO EMPRÉSTIMO SOLICITADO</b> | <b>BONIFICAÇÃO<br/>(desconto nominal nas taxas de juros)</b> |
| De 23% até 28,99%   | 0,10   |
| De 29% até 35,99%   | 0,15   |
| De 36% até 42,99%   | 0,20   |
| De 43% até 49,99%   | 0,25   |
| De 50% até 57,99%   | 0,30   |
| De 58% até 65,99%   | 0,40   |
| Acima de 65,99%   | 0,50   |

Quadro 03 Tabela de Bonificação de desconto nas taxas de juros estabelecidas. Fonte: (CREDFAZ, 2008).

Para pessoa jurídica, é cobrada uma taxa de administração de 1% sobre o valor bruto do empréstimo. Para pessoa física é cobrada uma taxa de sinistro podendo variar conforme: a) 1,1% do valor bruto do empréstimo para o associado com idade até 55 anos. b) 1,4% para associado com idade de 56 até 65 anos. c) 1,8% a associado com idade de 66 até 75 anos. d) 2,5% para associado de 76 a 85 anos. 3% para associado com idade de 86 até 95 anos. e) 3,5% para associado com idade acima de 95 anos. A taxa de sinistro cobrada acima é destinada à quitação de 80% (oitenta por cento) do saldo devedor do empréstimo do(a) associado(a) falecido(a) que esteja adimplente com a Cooperativa. Os 20% remanescentes do

saldo devedor do empréstimo serão liquidados mediante débito do valor correspondente na conta de capital do(a) associado(a) falecido(a), e a diferença será distribuída aos beneficiários (CREDFAZ, 2008).

A partir de 1º de março de 2008, o teto para empréstimo a associado com idade de 66 até 75 anos é de R\$ 36.000,00 (90% de R\$ 40.000,00) para pagamento em até 36 meses. O teto para empréstimo a associado com idade de 76 até 85 anos é de R\$ 32.000,00 (80% de R\$ 40.000,00) para pagamento em até 30 meses. Para empréstimo o associado com idade de 86 até 95 anos o teto é de R\$ 24.000,00 (60% de R\$ 40.000,00) para pagamento em até 24 meses, e para o associado com idade acima de 95 anos, referido teto é de R\$ 20.000,00 (50% de R\$ 40.000,00) para pagamento em até 18 meses (CREDFAZ, 2008).

A renovação do empréstimo poderá ser aprovada pela Diretoria da Cooperativa após o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das prestações contratadas ou se o associado proponente possuir margem consignável livre igual ou superior a 20% do valor da prestação. A compra de dívida é limitada ao valor de até R\$ 49.500,00, incluída a dívida com a CREDFAZ, somente para associados com idade até 65 anos, nas mesmas taxas e prazo máximo de sessenta meses. A bonificação somente será concedida para empréstimos com prestações consignadas integralmente em contracheque ou (folha de pagamento), exceto quando se tratar de pessoa jurídica (CREDFAZ, 2008).

## 5. DISCUSSÃO TEÓRICA

A partir da pesquisa sobre cooperativismo que abrange todo seu histórico, seus conceitos, suas normas, suas vantagens em relação a outras empresas, pode-se comparar com o estudo de caso feito sobre a Credfaz onde temos os principais dados da cooperativa de crédito e seu histórico de crescimento econômico, e assim poder tirar a conclusão se realmente é vantagem ser cooperado ou não ser.

Pode-se verificar, que desde o surgimento do cooperativismo até os dias atuais, muitas coisas mudaram, mas o princípio do cooperativismo continua sendo mantido. Porém a CREDFAZ funciona de acordo com todos os sete princípios citados por Rech, como a livre adesão e demissão dos associados que se enquadram no estatuto aprovado pelo BACEN, eleição de seus membros para a administração e responsáveis pela tomada de decisão, integralização de capital no ato de sua associação, trabalha na educação de seus funcionários, associados e dirigentes dando cursos e descontos em faculdades, trabalha em conjunto com as outras cooperativas por intermédio do SICCOOB que é a central das cooperativas e procura trabalhar de forma a fazer com que os seus associados tenham um crescimento financeiro.

De acordo com Menezes (2004, p15), a CREDFAZ é um empreendimento onde as pessoas se juntam de forma solidária a procura de ajuda mútua por meio de empréstimos com taxas de juros baixas, para suprir as suas necessidades financeiras. A cooperativa, por sua vez, procura investir o capital dos associados em fundos financeiros para que tenha uma boa rentabilidade e que esse capital investido volte o mais alto possível para a cooperativa, e desta forma poder emprestar dinheiro para os seus cooperados com as taxas mais baixas possíveis. Na verdade, a cooperativa se torna um mediador entre o indivíduo e o mercado, conforme a figura 01 da página 14.

Conforme o quadro 01 da página 20, a CREDFAZ é uma sociedade de pessoas, com objetivo principal de prestação de serviços, onde seu número de associados é ilimitado, e diferindo das organizações em geral como as financeiras. A CREDFAZ oferece baixas taxas de juros em seus empréstimos, conforme demonstrado no quadro 2 da página 29.

Durante o período que a cooperativa existe, pode-se se verificar que ela tem sim ajudado os seus cooperados a crescerem e a organizarem sua vida financeira, já que os associados também são sócios-proprietários e a cooperativa teve um crescimento econômico.

Ao invés do funcionário do Ministério da Fazenda pagar juros altos em instituições financeiras, ele pode associar-se na cooperativa e pagar juros baixos e ainda ter um retorno anual aproximadamente de 20% sobre o capital investido. Este percentual pode variar dependendo da movimentação que o associado possui na cooperativa. Foi possível observar também que muitos associados que resolveram pegar empréstimos em outras instituições pensando que as taxas de juros seriam menores, estão retornando para a CREDFAZ, após verificarem que a cooperativa trabalha honestamente, trazendo os melhores produtos e serviços de crédito do mercado.



## 6. CONCLUSÃO

O cooperativismo de crédito é uma atividade que surgiu no século XIX com intuito de poder ajudar as pessoas que passavam necessidades financeiras e que dependiam de bancos, financeiras e agiotas que cobravam altas taxas de juros nos empréstimos, a pessoa ao pegar uma vez um empréstimo, jamais se livra.

Com o surgimento do cooperativismo, as pessoas começaram a ter condições financeiras de comprar um imóvel, se alimentarem sem que precisarem ficar nas mãos de agiotas com taxas de juros altíssimas, e, além disso, começaram a ter condições para poder entender como gastar o seu dinheiro de forma correta, pois além de emprestar um capital, a cooperativa também obriga o associado a fazer uma poupança, ajudando, sobretudo, na educação financeira do cooperado.

O sistema cooperativo é um sistema em que o associado é um sócio-proprietário, onde além de pegar empréstimos ele também tem participação nos lucros da empresa e tem o direito de voto nas assembleias e até o direito de se eleger para a diretoria ou conselho geral, mas para isso terá que preencher alguns pré-requisitos.

A CREDFAZ tem sido uma instituição muito vantajosa para os funcionários do Ministério da Fazenda, pois tem diminuído suas taxas de juros sempre que possível, mantendo a menor taxa do mercado, mantendo um certo limite mínimo na taxa de juros. Porém, a renda principal da cooperativa advém dos empréstimos. Em sua política de fidelização realiza sorteios, convênios com empresas para que os associados tenham descontos em cursos, faculdades, até mesmo em dentistas.

Além de atraentes taxas de juros tem também distribuído para seus associados uma sobra em torno de 20% do capital integralizado, ou seja, seus rendimentos são maiores do que os rendimentos de muitos investimentos.

Para os funcionários do Ministério da Fazenda, tem sido vantagem se associar a CREDFAZ, não somente para tirar empréstimo com as menores taxas do mercado, mas também pela facilidade na negociação, investimento de capital que

dobra o dinheiro do associado em 5 anos e todos os benefícios que ele possui na cooperativa.

## REFERÊNCIAS

COOPERATIVISMO POPULAR. 2008. Disponível em:  
<[www.cooperativismopopular.ufrj.br/perguntas.php#10](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/perguntas.php#10)>. Acesso em: 22/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12&Itemid=26](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26)>. Acesso em: 23/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=16&Itemid=29](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=29)>. Acesso em: 23/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22&Itemid=35](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35)>. Acesso em: 23/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=23&Itemid=36](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=23&Itemid=36)>. Acesso em: 23/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=30&Itemid=43](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=43)>. Acesso em: 23/04/2008.

CREDFAZ. **Cooperativa de Crédito 2008**. Disponível em:  
<[http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=31&Itemid=55](http://www.credfaz.com.br/credfaz/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=55)>. Acesso em: 23/04/2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENEZES, Antonio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais os benefícios** / Antonio Menezes – Stilo: Brasília, 2004.

MENEZES, Antonio. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo** / Antonio Menezes - Stilo: Brasília, 2005.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. 2008. Disponível em :  
<<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/faq/faq1.asp>>. Acesso em 08/04/2008.

RENCH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**/ Daniel Rench - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROBY, Yves. **As caixas populares Alphonse Desjardins 1900-1920** / Yves Roby: tradução Carlos Potiara Castro – Brasília: CONFEBRAS, 2001.

SEBRAE. 2008. Disponível em :  
<<http://www.sebraeminas.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/consideracoes.htm>>. Acesso em 23/04/2008

SICCOOB. 2008. Disponível em :  
<<http://www.siccoobdf.coop.br/web/guest/cooperativismo>>. Acesso em 23/04/2008

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.